

Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos¹

Mario Brum²

Resumo

Na década de 1960, no contexto ditatorial, foi implementada uma política sistemática de erradicação das favelas, tendo sido garantida por uma repressão nunca vista antes. A Redemocratização afastou o fantasma da remoção, enfraquecendo o tema, mas não eliminando-o definitivamente. A cada problema na cidade atribuído às favelas, como a violência, o tema da remoção reaparecia, até que, atualmente, os interesses em nome dos ‘Grandes Eventos’ justifica a volta do tema. Esse artigo trata dessa lenta escalada da volta da defesa das remoções de favelas e quais são as distinções e as semelhanças entre o contexto ditatorial e o atual momento.

Palavras-chave

Favelas; Remoções; Ditadura militar; Grandes Eventos

Favelas and evictions past and present: from 1964’s dictatorship to major events

Abstract

In the 1960’s, under the Dictatorship government, it was established a systematic policy of eradication and removal of the slums, secured by repression measures from the State never seen before in the city. At the Redemocratization period, the Government established new policies that weakened the slums’ removal idea, though it did not disappear through the years. Since then, every problem in the city was immediately attributed to the slums, such as violence, and no late the removal of the slums had returned to the State’s agenda, when the interests on behalf of hosting “Major Events“ in the city justified the return of this policy. This article deals with the slowly escalation of the slums’ removal policy that is back now to the Government agenda, as though the distinctions and similarities between both times.

Keywords

Slums; Evictions; Brazil’s military dictatorship; Major events

Introdução

Na década de 1960, a política de segregação espacial no Rio de Janeiro tomou proporções inéditas, removendo os favelados das áreas centrais da cidade, particularmente na valorizada Zona Sul, com a transferência destes para terrenos vazios na periferia. No contexto ditatorial do período, a política sistemática de erradicação das favelas trouxe uma mudança drástica na relação entre Estado e favelas, quando a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes. Os favelados tiveram drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas.

Na virada da década de 1970 para 1980, a Redemocratização afastou o fantasma da remoção, sendo algo muito esporádico no cenário da cidade. Fantasma discreto, mas não eliminado. A cada problema na cidade, cuja responsabilização era atribuída às favelas (como episódios de violência, por exemplo), o tema da remoção voltava à agenda com cada vez mais força, até que, atualmente, em nome dos 'Grandes Eventos', justifica-se a volta das remoções de favelas. Quais, no entanto, são as distinções e as semelhanças entre esses dois momentos?

Ditadura de 1964 e as remoções

Com a instauração da Ditadura Civil-Militar em abril de 1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana ganhou ímpeto nunca visto antes. O 'problema-favela' clamava, segundo autoridades e setores da sociedade por uma solução urgente. Entre 1950 e 1960, o número de habitantes destas praticamente dobrou, passando de cerca de 170 mil para 335 mil moradores (RIBEIRO e LAGO, 1991), cifra que alarmava os que viam a favela como uma infestação que crescia sem controle.

De modo que é cobrada uma ação do Estado em relação às favelas em editorial do *Jornal do Brasil* por ocasião das chuvas de 1966:

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto as favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida.³

As remoções feitas por Carlos Lacerda no início da década de 1960, durante sua gestão no governo da Guanabara, haviam fracassado em pouquíssimo tempo: tanto no intuito declarado de regenerar o favelado em novo local de moradia, tirando-o da ‘precariedade’ da favela, quanto na aceitação dos favelados ao programa. Em 1965, na campanha para governador da Guanabara, o tema das remoções foi corrente, tendo o candidato vitorioso, Negrão de Lima, se comprometido a não dar continuidade a elas. (LEEDS e LEEDS, 1978 e BRUM, 2012). A Ditadura ainda não havia se instalado com a força que teria a partir de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, e o fechamento total dos canais de expressão e organização da sociedade civil, com as organizações comunitárias de favelas entre elas.

O tema foi então temporariamente afastado até que, em 1966, por ocasião de fortes chuvas, com deslizamentos e mortes em várias partes do Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil publicou o editorial citado acima, cobrando a volta da política de remoção das favelas:

Com o retorno do sol, reapareceram também os apologistas da favela com propostas sobre urbanização dos morros localizados nos bairros de maior densidade populacional. A essa mistificação, devemos todos nos opor corajosamente, porque provado ficou que não existe nos terrenos onde se constroem esses arremedos de habitação, o mínimo de segurança para tantas vidas. (...) Não há o que se urbanizar nas favelas, onde tudo é condenado.⁴

A criação da CHISAM

A centralização política e administrativa do período da Ditadura traduziu-se na maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para pôr em prática o antigo ideal remocionista. Por outro viés, o projeto de desenvolvimento nacional propiciava as condições para a execução do propósito de ordenar o território urbano numa escala jamais vista. (FERREIRA DOS SANTOS, 1984, p. 31)

Em agosto de 1964 (Lei 4380 21/08/194), o governo militar recém instaurado criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão financiador e responsável por programas habitacionais. Inicialmente sem fontes de recursos, a atuação do banco ganhou força em 1967, quando passou a contar com recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o que ampliou consideravelmente o capital disponível (LANGSTEN, 1973, p.16).

Sem embargo, a partir de 1968, o ideal remocionista toma forma com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), vinculada ao Ministério do Interior (assim como o BNH), com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara. A criação da autarquia assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana, no Estado do Rio, ficaria sob controle do governo federal.⁵ Ao longo de uma reportagem, o governador disse que o que ocorria na verdade, mais do que uma 'intervenção' do Governo Federal na Guanabara, era uma soma de esforços.⁶

Nos documentos em que eram apresentados os objetivos da CHISAM, além da referência sobre a recuperação e integração moral, econômica e social das famílias faveladas, a urbanização de favelas foi fortemente criticada pelas autoridades da CHISAM, como fica claro desde o primeiro material da autarquia:

A Cruzada São Sebastião, os programas de urbanização desenvolvidos pelo extinto SERPFHA, pelo Departamento de Recuperação de Favelas do Estado, e por inúmeras outras entidades públicas e privadas, não surtiram o efeito desejado, não conduziram a soluções e nem sequer a um equacionamento lógico e realista do problema. (CHISAM, 1969, p.14).

Gilberto Coufal, o primeiro coordenador da CHISAM, disse que após estudos coordenados por sociólogos e assistentes sociais:

Chegou-se à conclusão de que o sistema a urbanização da favela não era psicologicamente favorável, pois os favelados continuavam pensando, agindo e vivendo como favelados. Então, o filho daquele homem que morava na favela, vai crescer mentalmente um favelado.⁷

Isso se dava numa conjuntura onde os espaços para o debate público e para a divergência às políticas de Estado estavam bem restritos, pois, se a remoção tinha uma variada gama de defensores, podemos encontrar vozes contrárias a ela também em diversos setores, além do movimento comunitário de favelas.

Para exemplificar, num artigo de outubro de 1968, o sociólogo e ex-secretário de Serviço Social da Guanabara José Artur Rios, analisava:

Infelizmente, a idéia da ‘erradicação’, em qualquer hipótese, está ganhando terreno na mentalidade dos nossos urbanistas e administradores que imaginam tratar-se de uma operação tão simples como a remoção de uma fita durex. Muitas vezes não tomam consciência sequer dos valores que os levam a adotar essa posição, como ideais de recuperação paisagística, válidos em outro contexto, ou o que é pior, uma vaga noção puritana de ‘limpeza’ que exclui o convívio de pessoas diferentes categorias étnicas ou sociais (RIOS, 1968, p.31).

Em janeiro de 1968, numa palestra montada por um órgão do próprio Governo Federal (Serphau – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), o renomado urbanista americano, John Turner, fez uma condenação à remoção, apontando que o favelado, com baixo orçamento, não suportaria as despesas extras que o deslocamento para as periferias distantes dos locais de trabalho ocasionava.⁸

Mas a premissa básica que orientava a CHISAM era de que, por diversas razões, a favela destoava do ambiente ao redor, conforme documento da autarquia:

Os aglomerados de favelas construídos de forma irregular, ilegal e anormais ao panorama urbano em que se situam não integram o complexo habitacional normal da cidade, pois, não participando de tributos, taxas e demais encargos inerentes às propriedades legalmente constituídas, não deveriam fazer jus aos benefícios advindos daqueles encargos (CHISAM, 1969, p. 20).

Nesse documento são apresentados argumentos semelhantes aos que Coufal apresentou acima para justificar a ação do Estado em não urbanizar as favelas e que ainda não poderiam ser rebatidas:

Em outros casos, verifica-se que o atual mercado de trabalho do favelado já se situa longe da favela onde vive, não tendo ocorrido a mudança da família ou indivíduo, entre várias razões, por não haver encontrado próximo ao novo local de trabalho moradia mais conveniente por falta de condições financeiras (CHISAM, 1969, p. 24).

Pelos dados do Censo das Favelas, publicado 20 anos antes, 58,44% dos favelados da Zona Norte trabalhavam na própria zona onde moravam; e na Zona Sul, este percentual aumentava para 78,53%. (apud PREFEITURA DO DISTRITO

FEDERAL, 1949, p.18). Logicamente, não podemos descartar a ocorrência de processos em que o favelado tenha montado sua casa próxima ao seu emprego na época e tenha depois mudado de emprego.

Podemos questionar, no entanto, por que não ocorreram transferências de moradores de favelas na Zona Norte para Zona Sul?

O programa desconsiderou então, deliberadamente, informações importantes a respeito das favelas e dos favelados, como a relação intrínseca entre a moradia numa determinada favela e o mercado de trabalho próximo. Ignorando, dessa maneira, informações que eram de conhecimento dos próprios órgãos oficiais sobre a realidade das favelas.

O estigma como política de Estado

Só podemos compreender por que as remoções foram executadas a partir da noção de que o estigma de *favelado* foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali.

Desde o surgimento da favela houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la. Ela foi por vezes tolerada pelo Estado, chegando até mesmo a receber obras pontuais de urbanização (Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião, SERPFHA...). No entanto, com a criação da CHISAM houve uma mudança de qualidade significativa na postura do Estado diante das favelas, em que o sentido foi de eliminá-las da paisagem urbana.

O favelado era visto como alguém não-integrado ao bairro onde a favela se localizava, em que pese a sua participação na cidade de diversas formas (no mínimo, através do mercado de trabalho das redondezas, como 'peões', porteiros, faxineiras, garçons, etc). Ou seja, o favelado era alguém integrado. Imputava-se, porém, exclusivamente a ele toda a responsabilidade pela relação conflituosa que a cidade tinha com as favelas.

De modo que a remoção serviria para regenerar os favelados em novos ambiente e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a ele.

A questão da ilegalidade da posse da terra era a base de toda argumentação. Assim, a promoção social do favelado deveria passar, necessariamente, pela sua

elevação à condição de proprietário. Enfim, tratar-se-ia de normalizar o espaço urbano dentro da ordem capitalista, já que a ‘funcionalidade’ da favela, que permitiu tolerá-la enquanto havia uma expansão imobiliária a ser mantida pela mão-de-obra barata disponível, tornara-se agora, um entrave, já que havia imensos terrenos ‘fora’ dessa ordem (BRUM, 2012, p. 92).

Para as autoridades à frente do programa, inculcir o senso de propriedade no favelado, deixando a ilegalidade da favela para a normalidade do conjunto, o faria ser incorporado à ordem capitalista em consolidação: “Ele sabe que morar em um novo conjunto significa outra vida, novas e amplas perspectivas para si e seus dependentes.” (GOVERNO DA GUANABARA, 1969, p.27).

Os governos Federal e Estadual investiam maciçamente na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam. Um dos pontos mais incisivos para defesa do programa de remoção por parte das autoridades: de que os favelados teriam (e queriam) a casa própria. Daí, a sua transferência para os conjuntos habitacionais da COHAB-GB:

Ao estabelecermos o programa de desfavelamento, fixamos como premissa básica apresentar às famílias faveladas opções que lhes permitissem sair da favela e passarem a ser proprietários de uma habitação condigna, acessível às suas rendas e em local satisfatório (GOVERNO DA GUANABARA, 1969,, p. 30).

Na visão das autoridades da época, a remoção para o conjunto habitacional constituiria uma oportunidade dos seus novos moradores se livrarem do estigma de ‘favelado’.

Como objetivo primeiro, está a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Pretende-se também a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias – com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam – em titular de casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver. (CHISAM, 1971, p. 40)

Remodelação urbana e utilidades para o favelado

As remoções da CHISAM inseriam-se num programa de remodelação urbana, em que as autoridades ambicionavam reorganizar o espaço urbano com

as áreas tendo distintas finalidades, a partir do zoneamento destas, numa lógica de segregação espacial. Dentro dessa lógica, as áreas residenciais se destinariam às diferentes classes, a partir do poder aquisitivo e espaço ocupado na produção capitalista.

No caso da Zona Sul da cidade, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo. Já nas zonas Norte e Oeste, eles poderiam ser de grande utilidade para abastecer de mão-de-obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, no que precisariam residir próximo a esse mercado em expansão.

A transferência, então, dos moradores das favelas da zona Sul para os conjuntos localizados na zona Norte, particularmente na área da Leopoldina, se conjugaria com uma política de expansão da oferta de empregos nesta região, através da instalação de indústrias.

A CHISAM aponta, em seu material de apresentação, que uma das condições para seus objetivos do programa de desfavelamento serem atingidos era:

Criar-se um mercado de trabalho na periferia das cidades que compõem a Área Metropolitana do Grande Rio, que permita a absorção dos subempregados, desempregados, e fluxos migratórios, a fim de aumentar-lhes a renda, dando-lhes capacitação profissional, instrução e condições sanitárias que os integrem em uma vida normal (CHISAM, 1969, p. 16).

Vale destacar que as favelas eram consideradas relativamente benéficas pelas entidades industriais:

A ocorrência de favelas nas áreas de maior concentração industrial encerra, sem dúvida, um aspecto benéfico para a atividade fabril, que pode ser traduzido pela possibilidade de captação de mão-de-obra em locais próximos às fábricas. (IDEG, 1968, p.11)⁹

A solução *conjunto habitacional* então, ao mesmo tempo em que ‘disciplinaria’ o uso do solo urbano, ofereceria a mão-de-obra necessária nas zonas destinadas às fábricas.

Na lógica de remodelação urbana, então, os valorizados terrenos da Zona Sul seriam ocupados por empreendimento imobiliários para classes de maior poder aquisitivo. Ao referir-se à Praia do Pinto, o Governo do Estado tratou a remoção

da favela como se a cidade estivesse sendo curada de uma infestação e recuperando territórios que agora passariam a ser ‘saúdáveis’:

A favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação de interesse social. Enquistada no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul. (COHAB-GB, 1969, p.45).

A conjuntura política: a Ditadura

A conjuntura política de fechamento cada vez maior dos canais democráticos é fundamental para entendermos como a remoção pôde ser implementada sem que uma resistência ativa fosse feita, visto que o movimento social, e neste caso particular, as associações de moradores de favelas e a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) estavam sofrendo forte controle e repressão.

A FAFEG posicionou-se frontalmente contra as remoções, como se lê em matéria do *Jornal do Brasil*: “Os favelados cariocas preparam-se para lutar contra as remoções e a favor da urbanização do local onde vivem.”¹⁰ Nesta matéria também podemos ver a Convocatória do II Congresso da FAFEG, em 1968:

Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados. Embora a lei seja igual [grifo no original] para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?¹¹

Entretanto, em documento da CHISAM, onde é feito o balanço da sua atuação nos primeiros anos, em dois trechos fica evidente a postura ‘autista’ da autarquia. O primeiro fala sobre o processo de elaboração do plano de desfavelamento que levou à criação da CHISAM:

Ao completarmos o planejamento estabelecido para o desfavelamento progressivo da área do Grande Rio, defrontamo-nos com alguns problemas relacionados a

teses, idéias e teorias sobre a favela e o favelado (...) As opiniões ouvidas, a bibliografia consultada, a pouco nos conduziram (CHISAM, 1971, p.14).

Outro momento, é quando a CHISAM tendo tornado públicas suas intenções, foi alvo de críticas:

À medida que a programação, diretrizes e filosofia das atividades a serem desenvolvidas pela CHISAM foram se concretizando através de documentos escritos, entrevistas oficiais e divulgação pela imprensa, desabou nas favelas uma avalanche de comentários e boatos sobre o que se pretendia realizar (...) Uma infinidade de técnicos e pseudo-técnicos emitiam opiniões, defendiam teses, propunham soluções, porém os interessados diretos ficavam mudos. Utilizando o processo de trabalhar com dedicação e convicção de que estávamos certos, virtualmente nenhuma crítica foi oficialmente rebatida (CHISAM, 1971, p.16).

Essa postura autista é possível na atmosfera de intensa repressão e fechamento dos canais democráticos. A razão para os favelados estarem ‘mudos’ deve-se ao emblemático episódio da remoção da favela Ilha das Dragas, na Lagoa, em 1968. Como houvesse ainda resistência por parte da associação de moradores, quatro membros de sua diretoria foram presos por homens à paisana, em carros com placas frias, segundo reportagem do jornal *Correio da Manhã*¹², e a remoção acabou se concretizando.

Balço geral do programa CHISAM

Nos planos originais da autarquia, seriam removidas todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976. Antes da meta ser cumprida, porém, a CHISAM foi extinta, em setembro de 1973, tendo removido mais de 175 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial), transferindo-os para novas 35 517 unidades habitacionais em conjuntos nas zonas Norte e Oeste (apud PERLMAN, 1977, p. 242).

A maior parte das favelas e aproximadamente 60% dos barracos demolidos pela CHISAM para a remoção se localizavam na Zona Sul (apud POTENGY, 1973). Em 1969, no documento *Rio: Operação Favela*, o Governo da Guanabara anunciava que até o fim do mandato de Negrão de Lima, em março de 1971, “pelo menos 250 mil moradores de diversas favelas cariocas, incluindo praticamente todas as da Zona Sul, passarão a morar em habitações de pedra e cal.” (GO-

VERNO DA GUANABARA, 1969, p. 48). Desse modo, em meados da década de 1970, após o ímpeto remocionista levado a cabo pela CHISAM, a região que continha mais favelas passara a ser a que compreendia os bairros da Leopoldina, como Ramos, Olaria, Bonsucesso e adjacências; não sendo mais a área da Lagoa a ocupar essa posição.¹³

Assim, atendera-se, de maneira planejada, no todo ou ao menos parcialmente, as indicações dos estudos do IDEG, entre outros órgãos, da alocação das favelas nas áreas com vocação fabril.

No relatório da COHAB-GB para o ano de 1969, encontramos um trecho ainda mais emblemático sobre os objetivos do programa e o alcance (ou o limite) esperado, ao menos por parte da administração de Negrão de Lima:

Mantido o ritmo verificado no exercício ora findo, até o fim do mandato da administração estadual terão sido concluídos os programas CHISAM e Sete de Setembro (...). Isso significará o atendimento de cerca de 250.000 favelados, representando um índice de erradicação de 38%, tomando-se como base os mais recentes levantamentos de população das favelas cariocas. Como resultado paralelo, ter-se-á modificada a fisionomia da Zona Sul do Estado, onde a favela deverá, então, constituir exceção residual (COHAB-GB, 1969, p.35).

O programa CHISAM começou a arrefecer após o fim da gestão Negrão de Lima, sendo as remoções lentamente abandonadas por vários fatores:

O primeiro deles diz respeito à transformação dos favelados em proprietários incorporados; o que não ocorreu como planejado por diversos problemas: a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num novo local; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e muitas vezes perderam o emprego, já que o mesmo se localizava próximo à favela de origem.

O segundo fator é tanto de ordem econômica quanto política. No período da Ditadura de 1964 foram aprofundadas as relações capitalistas e reprimidos os movimentos sociais e setores oposicionistas que pudessem reivindicar a manutenção das mínimas políticas de Bem-Estar Social da era Vargas para habitação,

que faziam com que o Estado, ainda que agisse no sentido de remover as favelas, oferecesse alguma opção de moradia, por mais questionáveis que fossem os métodos e esta opção em si.

Em meados da década de 1970, o Estado desviou o foco da manutenção da ordem urbana em prol do interesse público (no que as remoções de favelas e a realocação em conjuntos habitacionais era uma ação em função desse interesses) para uma maior entrada do mercado em que o capital atende, não mais a cidadãos, mas a compradores. Começava ali também a era dos condomínios fechados voltados para a classe média.

O terceiro fator é de ordem política. Dentro da reduzidíssima margem de manobra do período, os favelados conseguiram encontrar algum apoio dentro do sistema político-eleitoral montado pela Ditadura através de Chagas Freitas, eleito governador em 1971, e que, como seu antecessor, havia sido um crítico da remoção. No entanto, Chagas estabeleceu uma nova relação com os moradores das favelas, não demonstrando entusiasmo pelas políticas remocionistas (BRUM, 2006, p. 96-98). No seu primeiro mandato, até 1975, foram removidas pouco mais de um terço de pessoas em relação ao total do governo anterior (COHAB-GB apud VALLADARES, 1978, p. 45). E a partir de 1975, os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro vivem o processo de fusão sob Faria Lima, nomeado pelo Governo Federal, que priorizou assuntos ligados à fusão.

Como último fator, a demanda de terrenos para a expansão imobiliária voltada principalmente para a classe média, passou a ser resolvida com a execução do Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarepaguá. O foco da expansão urbana deixara de ser a Zona Sul e passara a ser a Barra da Tijuca, reduzindo a pressão sobre as favelas e a necessidade da ‘conquista’ dos terrenos por elas ocupados.

Não à toa, foi na Barra que prevaleceram campanhas pela remoção de favelas na década de 1980, como vemos na matéria de O Globo de março de 1989, com o título de “As favelas se multiplicam na Barra da Tijuca”¹⁴, que se concretizou com os despejos das favelas Via Park, nas imediações do Barrashopping, e Vila Marapendi, próxima de onde hoje está o Shopping Downtown, áreas extremamente valorizadas.¹⁵

De qualquer modo, com a extinção da CHISAM, em 1973, as políticas de remoção de favelas, ainda que não tivessem sido totalmente descartadas pelo Estado, perderam a força que tiveram durante o período em que esta autarquia coordenou a *Era das Remoções*.

Redemocratização: o fim das remoções?

Na esteira da Redemocratização, na virada da década de 1970 para a de 1980, as remoções foram saindo de cena, tornando-se residuais. O Estado, em seus três níveis, e por partidos de distintas orientações que o ocupassem, adotou a urbanização de favelas como política. Assim como a abertura dos canais democráticos propiciou que os favelados se impusessem com atores políticos ativos, através de organizações como a Pastoral de Favelas, associações de moradores, ONGs, etc. No momento posterior, ao longo da década de 1980 e 1990, esse processo é ampliado, com lideranças de favelas inserindo-se nos aparelhos de Estado e diversos projetos que defendiam a existência e melhorias das favelas tendo sido assimilados nas políticas públicas (BRUM, 2006, p.142).

Em que pese tudo isto, a não-alteração de status da favela, com a permanência dos estigmas seculares a ela atribuídos, possibilitava o invariável retorno à sociedade do tema da remoção. Em fevereiro de 1988, após as fortes chuvas que causaram grandes estragos, deslizamentos e mortes pela cidade, ‘destacadamente’ em favelas, o tema da remoção de favelas voltou aos jornais, como se vê em duas edições do *Jornal do Brasil*, em que mais uma vez o nome de Carlos Lacerda é lembrado como o único político que deu um legítimo tratamento à questão:

As últimas medidas concretas tomadas para conter a inundação das favelas estão ligadas aos nomes de Sandra Cavalcanti e Carlos Lacerda, no início dos anos 60. Ambos pagaram um preço alto por isso. A mais mesquinha exploração eleitoreira transformou-os em ‘inimigos do povo’, em defensores de uma postura ‘elitista’. Vê-se agora quem são os inimigos do povo: os que se limitam a pastorear as favelas enquanto elas não vêm abaixo_ currais eleitorais agora sujos de sangue e soterrados pela lama. A favela é o retrato do absoluto desinteresse em criar novas possibilidades urbanísticas por parte dos políticos que querem a remuneração imediata e popularidade demagógica. A favela não tem lei, não tem escola, não paga imposto (...) Onde estão os projetos de remanejamento, de criação de novas zonas urbanizadas? Onde está o mínimo de fiscalização que impeça a contínua expansão desse câncer que vai estrangulando o Rio?¹⁶

Como no momento anterior que antecedeu o auge remocionista, o aumento do número de favelas verificado na década de 1980, continuava a ser objeto de preocupação de diversos segmentos da sociedade. Em 1991, o número de favelas,

segundo o Iplan Rio (atual Instituto Pereira Passos), era de 570, e o de moradores destas era de 963. 000 (IPLANRIO, 1993, p. 10). Sobre esse crescimento, o jornal O Globo, em 27/05/1990, publicou uma reportagem com o título “Rio, uma cidade tomada pelas favelas” com tom crítico às autoridades do Governo do Estado e, principalmente, da Prefeitura, em urbanizar as favelas e não removê-las, bem como por também não reprimir novas invasões. Ainda na matéria, Irineu Guimarães, presidente da FAFERJ explicou, em entrevista: “Virou um palavrão, uma coisa feia, as autoridades promoverem gratuitamente a remoção de uma favela.”

Isto demonstra que ainda pairava disseminada na sociedade uma forte carga de preconceitos quanto a este direito. Embora os favelados houvessem conquistado alguns avanços, principalmente quanto ao reconhecimento por parte do Estado pelo direito de permanência da favela, como podemos ver a seguir.

Em 1992, na prefeitura de Marcello Alencar, com o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, uma exigência da Constituição de 1988, a via urbanizadora das favelas é consolidada como função do poder público.¹⁷ Em consonância com os princípios do Plano Diretor surge, em 1993, o programa Favela Bairro. A urbanização das favelas se consolidou e as remoções pareciam estar definitivamente eliminadas do vocabulário da cidade.

Entretanto, apesar da conjuntura democrática e do peso político das favelas e suas lideranças, a urbanização de favelas não se tornou algo consensual na sociedade. A questão ambiental passou a ser o mote de mobilizações para que algumas favelas não fossem urbanizadas. Essas mobilizações, tais como protestos, cartas à imprensa, ao executivo e ao legislativo, ações na justiça, entre outras, vinham, principalmente, de setores de classe média vizinhos das favelas que iriam receber as obras de urbanização.

Entre vários possíveis exemplos, citamos os embates para a urbanização da favela Canal das Tachas, com a Prefeitura e moradores da favela de um lado; e associações de bairro e comércio do Recreio dos Bandeirantes, do outro:

O projeto Favela-Bairro do Recreio no Canal das Tachas está levantando mais uma polêmica. O Conselho Comunitário do Recreio acusa a prefeitura de desprezar o Plano Lúcio Costa ao erguer um conjunto popular em uma área de preservação ambiental.¹⁸

Ainda na matéria, vemos uma declaração da presidente do Conselho Comunitário:

Essa proposta é incoerente. De um lado da rua eles fazem um programa social construindo uma favela urbanizada para pessoas de baixa renda. Do outro lado da rua, os moradores, que já tinham suas casas, são obrigados a pagar um IPTU que varia de R\$ 2 a R\$ 3 mil.¹⁹

Assim, a questão ambiental se confundia com a liberação das áreas favelizadas para empreendimentos comerciais ou habitacionais de classe média, ou ao menos, liberando áreas valorizadas da ‘incômoda’ vizinhança das favelas, caso das remoções da Via Parque, localizada atrás do centro comercial Barrashopping, que deu lugar a um parque às margens da Lagoa da Tijuca; e da Vila Marapendi, nas imediações do centro comercial Downtown. Ambas as favelas foram removidas em 1994, ainda no primeiro mandato de César Maia, com Eduardo Paes no recém-criado cargo de Subprefeito de Jacarepaguá.²⁰

Paralelo a isso, ainda no decorrer da década de 1990, a violência urbana passou a ser identificada como o principal problema causado pelas favelas, com essas sendo apontadas como o berço da violência derivada do tráfico que transbordava para o asfalto, de modo que o termo áreas de risco, usado para definir locais sujeitos a acidentes naturais como deslizamentos de terra; passou a designar também áreas mais expostas à violência urbana, abrangendo aí não apenas as favelas, mas também as áreas no asfalto contíguas a essas, sob o alcance de balas perdidas ou da atuação de quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas.²¹

Sem embargo, a violência foi se tornando um dos principais argumentos utilizados pelos defensores da remoção. Em 2004, após os conflitos ocorridos entre quadrilhas na Rocinha durante a Semana Santa, o editorial (Opinião) do jornal O Globo (de 14/04/2004), apresentava a sugestão de uma série de medidas para combater a violência, entre elas temos: “A ocupação do solo nas grandes cidades também deve ser revista, e a localização de algumas favelas, repensada”. Mais enfático foi o editorial do Jornal do Brasil (de 17/04/2004), com o título “Favelas: Agenda Maldita”; após dizer mais uma vez que Carlos Lacerda foi o último político a enfrentar a questão da favela, o editorial afirma como uma das medidas a serem tomadas para resolver a questão da segurança: “Não há mais como fugir de um programa sério de longo prazo que passe pela remoção da favela.”

Vemos que, lentamente, o tema da remoção foi sendo cada vez mais abertamente defendido por alguns setores. Primeiro pela imprensa e depois pelas autoridades. Assim, se por um lado a política para as favelas nos mandatos de César

Maia se caracterizou pela via urbanizadora do Favela-Bairro, vemos uma inflexão a partir da preparação dos Jogos Pan-Americanos 2007, em que preparar a cidade para os Grandes Eventos, em conjunto com a acusação sobre a favela ser um pólo irradiador de violência, começa a ser a justificativa para as remoções.

Preparação para Grandes Eventos; defesa do meio ambiente; risco para a vizinhança... estavam dadas as linhas de sustentação para a volta com força de uma agenda remocionista. No dia 12 de abril de 2009, O Globo publicou em manchete de primeira página frase em que o prefeito do Rio, Eduardo Paes, relativizava a política de remoções. A edição desse dia culminava uma série de reportagens em que a remoção de favelas era tratada de forma positiva. Como podemos ver no texto abaixo daquela manchete: “A partir dos anos 80, a expressão remoção de favelas passou a ser estigmatizada como uma prática autoritária do passado”.

Tornando as intenções anunciadas em ações práticas, em janeiro de 2010, a Prefeitura anunciou o plano de remover 119 favelas...

...até o fim de 2012, por estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos. (...) Entre as favelas que vão desaparecer estão a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCPL (Benfica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboinhas (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matinha, num trecho de floresta atrás do Ciep Ayrton Senna e na vizinhança da Rocinha.²²

Vemos que constam alguns casos emblemáticos, como o Horto e Vila Autódromo, nesses planos. Vale considerar que, pelos dados da prefeitura, 26% dos domicílios em favelas a serem removidos (2.953 em 11.057) se localizam na Baixada de Jacarepaguá (regiões administrativas da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus), embora cruzando com dados de 2000, o censo mais atualizado até a reportagem, a região continha apenas 12% do total de domicílios em favelas na cidade do Rio (44.388 em 343.336).²³ A volta da política de remoções ganhava maior ritmo principalmente na área da Baixada de Jacarepaguá, onde se localizam os bairros da Barra da Tijuca e Recreio.

Assim como nos anos 1960, as chuvas, cujas conseqüências eram historicamente associadas à defesa da remoção, é também um dos argumentos para a remoção no período atual.

Embora as obras de urbanização e contenção de encostas feitas ao longo dos anos 1980 e 1990 pela prefeitura, através da GeoRio, tenham feito com que as

favelas passassem relativamente incólumes por várias tempestades desde o fim da década de 1980; em abril de 2010, a maior chuva desde o início da medição, em 1912, causou vários deslizamentos e mortes, comparáveis às tragédias de 1966/7.

Mesmo com esses deslizamentos não tendo sido só em favelas, uma vez mais se repetia, diante da tragédia, a defesa da remoção. Com uma relevante diferença: não mais a precariedade da favela ou a possível falta de engenharia e planejamentos adequados, onde pudessem ter havido possíveis falhas que acabaram por ocasionar deslizamento, eram objeto de críticas, mas a própria urbanização de favelas em si foi fortemente contestada por alguns setores e apontada como irresponsabilidade de governantes, porque acabaram por consolidar o que não deveria estar naquele local, como podemos ver na reportagem do semanário *Veja* sobre o acontecimento:

A tempestade que se abateu sobre o Rio de Janeiro na madrugada da última terça-feira, com fúria e persistência recordes, escancarou a gravidade de um problema há décadas negligenciado: o incentivo oficial para a ocupação de encostas. Não fosse o risco de vida embutido, a 'indústria da favelização' poderia até ser vista como um programa social. Não é. (...) Em nenhum outro lugar do país o populismo foi tão decisivo para que as favelas tomassem as dimensões de hoje. Nos anos 80, o governador Leonel Brizola chegou a incentivar abertamente a ocupação dos morros.²⁴

Estava dada a senha para que, *pari passu*, em meio a editoriais e reportagens, o Governo do Estado fizesse, uma semana após a tragédia, o Decreto 42.406, de 13/04/2010, em que "Institui o Programa Morar Seguro, de construção de unidade habitacionais para o reassentamento da população que vive em áreas de risco no estado do Rio de Janeiro." O decreto é justificado considerando "a tragédia ocorrida na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, decorrente do deslizamento de encostas por força das fortes chuvas; - o alto déficit de residências para a população de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro".

Um dia depois da tragédia, sob o impacto das chuvas e clamores da grande mídia, o prefeito Eduardo Paes anunciou a remoção total do Morro dos Prazeres e do Laboriaux, na Rocinha, que foram duramente atingidas.²⁵ Passado um ano, embasado em estudo da GeoRio, a Prefeitura já havia desistido da remoção total dessas comunidades, limitando a remoção às áreas de risco (13,5% do total de domicílios nos Prazeres) e tendo feito

obras de contenção de encostas em ambas.²⁶ De qualquer modo, o episódio evidenciou que a defesa da remoção ganhava cada vez mais força, deixando o termo de ser evitado e passando até mesmo a ser abertamente utilizado pelas autoridades.

Remocionismo e Grandes Eventos: uma década de oportunidades

Num relatório de monitoramento das ações da Secretaria Municipal de Habitação, feito em 2009 pelo Tribunal de Contas do Município, vemos que logo na Introdução do documento surge de forma inequívoca a convergência dos três argumentos usados como pilares para sustentar a defesa da remoção:

A discussão em torno das favelas vem tomando enormes proporções e demandando soluções urgentes, seja pela necessidade de se restaurar áreas legalmente preservadas e degradadas por um excessivo desmatamento, seja pela crescente violência a que essas localidades estão sujeitas em razão do difícil acesso do Poder Público ou pela adequação às exigências do Plano Olímpico para as Olimpíadas de 2016 (TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2009, p. 6).

Enquanto isso, nas considerações finais do relatório, a atual postura do governo municipal, de retomar o tema da remoção, é elogiada como corajosa:

A política de não remoção começa a deixar de ser um tabu, sendo repensada em benefício da Cidade como um todo, haja vista as ações previstas nos projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. (*Idem*, p. 34)

Assim, o poder executivo municipal, em seu Plano Plurianual 2010/2013, apresentou, em linguagem altamente técnica, o Programa 0321 – Urbanização de assentamentos precários (Incluindo como ações conjuntas o PAC – Urbanização, Urbanização de Assentamentos informais e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social); cujo objetivo geral é:

promover a melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, com impacto na redução da incidência e do desordenamento dos assentamentos subnormaisR, por meio da urbanização, regularização urbanística e fundiária, inclusão produtiva e social e sustentabilidade ambiental (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009, p. 23).

Embora o plano não traga uma orientação clara sobre seus objetivos, as ações anunciadas, lidas em conjunto com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, indicam o viés de realocação de moradores, cuja meta, segundo a Secretaria Municipal de Habitação, era reduzir em 5% o total da área ocupada por favelas.²⁷

O fato das favelas da Baixada de Jacarepaguá serem o alvo privilegiado (mas não exclusivo) da atual onda remocionista parece repetir o processo verificado na década de 1960, com o fim da tolerância às antigas favelas que haviam crescido com a expansão imobiliária das regiões centrais da cidade (particularmente a Zona Sul), quando alimentavam de mão-de-obra e viabilizaram a indústria da construção civil. Tolerância existente até que a falta de terrenos para que essa expansão continuasse acarretou na onda remocionista que teve seu auge no programa CHISAM.

Em linhas gerais, vemos esse esquema atualmente nos bairros da Baixada de Jacarepaguá (Barra da Tijuca, Recreio, Vargens, Jacarepaguá...), apesar de se tratar de uma área de dimensões espaciais bem maiores (segundo dados da Prefeitura a Zona Sul tem aproximadamente 43, 5 Km², enquanto a Baixada de Jacarepaguá possui 293 Km²)²⁸. Na década de 2000, a localização de algumas favelas, toleradas e, principalmente, mantidas por uma conjuntura política distinta do período ditatorial, passaram a ser o principal motivo destas constarem nos planos de remoção, co-existindo nas políticas públicas a urbanização de várias favelas na região, com a remoção de outras cujos terrenos, ou suas imediações, têm sido mais valorizados.

É o caso da Vila Autódromo, por exemplo. Essa comunidade, aliás, tornou-se símbolo das atuais remoções, e de sua respectiva luta contrária, por estar no epicentro da principal área destinada aos eventos olímpicos. Como várias outras da região que estão nos planos de remoção ou já foram removidas, a Vila Autódromo tem aproximadamente 40 anos de existência, tendo surgido a partir de pescadores e sendo ampliada pelo afluxo de trabalhadores da construção civil no crescimento da região, a partir da década de 1970.²⁹

Do mesmo modo, esse processo de maior atenção (das autoridades e do mercado imobiliário) de áreas da cidade por causa dos 'Grandes Eventos' tem levado ao fenômeno da gentrificação, ou seja, a ocupação por classes de maior poder aquisitivo de uma área previamente ocupada por classes mais pobres, num processo de valorização econômica da área e transformações físicas e sociais (HAMNETT, 1991, p. 178). É o caso da zona portuária do Rio de Janeiro, objeto de

pesados investimentos públicos e privados através do consórcio Porto Maravilha, que passa hoje por profunda remodelação urbana, transformando-a num pólo turístico, além de receber diversos prédios comerciais e residenciais.

Também nessa área co-existem políticas urbanizadoras com políticas remonistas: com as obras do Porto Maravilha atingindo várias famílias da Providência, que é considerada a 'primeira' favela do país. Essas famílias têm sido removidas, em paralelo às obras de urbanização que dotarão a comunidade com um teleférico, feitas através do programa Morar Carioca, segundo informa a SMH:

Além das obras de urbanização, o Morar Carioca tem o objetivo de implantar um sistema de conservação, controle e ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano nas comunidades. Na Providência, está prevista a construção de um Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO), implantação de limites físicos e desadensamento de trechos intensamente ocupados e insalubres.³⁰

Diferentes conjunturas

Algumas mudanças significativas têm se destacado na atual política para favelas de Eduardo Paes, cuja Secretaria de Habitação é ocupada por um partido historicamente ligado aos movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores (PT). No caso do Rio de Janeiro, várias lideranças comunitárias militaram nesse partido e mesmo nele começaram sua trajetória política.

A primeira delas se refere ao fato da SMH estar ocupada por um partido situado no espectro da esquerda (fazer uma análise da validade e todas as ponderações referentes a essa afirmação fugiria aos objetivos desse artigo) possui um duplo aspecto. Por um lado, pode ser feita uma leitura que o partido estaria dando legitimidade, através da capilaridade que possui dentro das favelas e com lideranças, a uma política que, ao fim e ao cabo, estaria removendo moradias.

O outro lado desse argumento é que, através do partido, lideranças e moradores possuem canais estabelecidos que podem mobilizar para conhecerem planos da prefeitura e tentarem intervir neles.

Ilustrando o delicado equilíbrio em que está o PT, a palavra remoção é evitada ao máximo nas publicações e documentos da SMH. Dando abertura para o surgimento de um conceito na política para as favelas: o *Desadensamento*, conforme vimos nos planos para a Providência, com esse significando a retirada de apenas parte dos moradores das comunidades.³¹

A forte mobilização que tem envolvido moradores da favela e outros segmentos simpáticos à defesa da permanência do maior número possível de moradores, aparentemente, tem conseguido frear o ímpeto remocionista. Em setembro de 2012, o Fórum Comunitário do Porto anunciava que para realocação de famílias na área da Providência “Faltariam ainda 193 casas se considerarmos que em cada casa vive só uma família, no entanto, na comunidade a maioria das casas possui mais de uma família morando” (FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2012).

Considerando que as intenções iniciais da prefeitura tratavam de 800 domicílios a serem removidos, sem que ficasse claro onde as famílias seriam reassentadas, há de se considerar que a mobilização tem obtido algum êxito, ainda que parcial, já que moradores denunciam que os resistentes à remoção, seja pela baixa indenização oferecida, seja pela falta de informações sobre o destino dos ‘desadensados’, sofrem pressões para abandonarem suas casa e passam a conviver com entulhos das demolições, vazamento de esgotos, entre outros. A luta dos moradores da Providência, enfrentando um forte aparato que inclui governos, consórcios de empresas e grande mídia, continua.

Conclusão

Há que destacar uma forte similaridade nas duas conjunturas abordadas aqui nesse artigo, ainda que possamos ver relevantes aspectos distintos, tais como o sistema político vigente; conjuntura econômica brasileira e mundial; o quadro cultural, político e ideológico; entre outros. Nos dois momentos, vemos a intenção de trazer áreas ao mercado formal, na esteira da expansão da cidade, fazendo com que áreas antes relegadas, como morros e margens de rios e lagoas – ou na conjuntura posterior, áreas distantes da infra-estrutura urbana – passassem a ser incorporadas ao mercado através da ação do Estado, que nas duas conjunturas atua em conjunto com grandes empresas ligadas à construção civil, conta com forte campanha na imprensa (embora na Ditadura o tom fosse tanto mais veemente quanto uníssono) e de alguns outros segmentos da sociedade, como a classe média vizinha às áreas a serem incorporadas ao mercado formal através da remoção das favelas.

Conjunturas distintas, mas que também têm em comum tanto um projeto de país em que as relações capitalistas fossem aprofundadas. Podem-se discutir as distintas formas de inserção do Brasil no sistema mundial nas duas conjunturas, e mesmo o quanto o ‘bolo’ cresce e/ou é repartido. De qualquer forma, se

a conjuntura ditatorial implicava em concentração de renda e redução do peso do salário na economia alcançados por uma forte repressão sobre os segmentos populares; e se hoje a ideia do ‘novo desenvolvimentismo’ conjuga crescimento econômico com distribuição de renda, nas duas conjunturas o peso dos grandes agentes de mercado, como as empresas de construção civil, amparados pelo Estado, parecem conduzir à incorporação dos segmentos populares, notadamente os moradores de favelas, de forma subordinada e assimétrica, ao mercado.

A diferença fundamental entre as duas conjunturas é que, se na Ditadura o aprofundamento da assimetria das relações capitalistas foi garantido por forte repressão e fechamento dos canais de expressão e mobilização dos segmentos subalternos, hoje a conjuntura democrática garante maior margem de manobra, o que não quer dizer que algum resultado seja previsível.

Retornamos, a guisa de conclusão, ao caso da Vila Autódromo, emblemático dos embates sobre remoções numa conjuntura democrática. A disputa sobre o terreno da favela e o direito dos moradores permanecerem em suas casa remonta a 1993, quando o então prefeito César Maia entrou na justiça para remover a favela,³² no que o governador Leonel Brizola, deu o certificado de posse do terreno aos moradores, em 1994.³³

Em 2005, já sob pressão dos Grandes Eventos, no caso, os Jogos Pan Americanos de 2007, quando surge a ‘vocação olímpica’ da área, a Câmara de Vereadores aprova, enviada pelo executivo, a Lei Complementar n.  74/2005, modificando a legisla o que tratava do zoneamento urbano na Avenida Abelardo Bueno, em que edifica es não poderiam ocupar a faixa marginal de prote o da lagoa, excluindo da lei “os equipamentos esportivos necessários a realiza o dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007 e Jogos Olímpicos”.

A partir dessa lei, a remo o da Vila Autódromo passou a ser uma longa batalha, política, judicial, midiática (com forte presença na internet).³⁴ Em 2009, o prefeito Eduardo Paes deu continuidade ao propósito da gestão anterior em remover a favela, alegando que a faixa de 25 metros de distância da lagoa   área de prote o ambiental e, portanto, non aedificandi, de modo que o título de posse que os moradores receberam de Brizola não teria validade. O argumento esbarra nas inten es declaradas da prefeitura, sobretudo no Programa de Estrutura o Urbana das Vargens (Lei Complementar 104/2009), em que a área se destinaria   ocupa o de grandes empreendimentos residenciais, comerciais e hoteleiros.

A remoção da favela encontra apoio em vários setores, uns de modo mais discreto, e outros que abertamente compartilham dos já seculares ideais remocionistas, como visto no site eletrônico *Barrazine* ao tratar do tema:

A área que já foi uma colônia de pescadores começou a se favelizar ainda na década de 70, mas o grande e desordenado crescimento ocorreu mesmo nos anos 90, durante o governo Leonel Brizola, que por motivos ideológicos ou eleitorais sempre foi favorável à favelização no Rio de Janeiro. (...) Até hoje políticos ligados ao PT e ao PDT são contrários à remoção dessa favela localizada em área nobre da Barra da Tijuca.³⁵

Em contraste com as grandes remoções promovidas pela Ditadura, na conjuntura atual a mobilização da comunidade tem se dado em várias instâncias: através de ações no judiciário, ou questionamentos feitos a partir do Ministério Público em relação aos gastos públicos, destinação da área e mesmo a necessidade de remoção da comunidade; a AMVPA (Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo) tem se articulado com outras associações de moradores, de favelas alvo de remoção, entre outras organizações da sociedade civil, parlamentares, meios acadêmicos, enfim, uma gama variada de atores que têm dado suporte à luta da comunidade pela permanência no local.³⁶

Diferença importante também é que os atuais planos da prefeitura (novembro/2012) envolvem a transferência dos moradores para um conjunto, o Parque Carioca, distante um quilômetro da Vila Autódromo. Pelo menos na teoria e a curto prazo, o período atual distingue-se das remoções para os conjuntos distantes dezenas de quilômetros das favelas removidas.

Enfim, em contraste com o período ditatorial, a conjuntura democrática tem permitido a organização e mobilização dos moradores de favela em resistirem à remoção. Argumentos usados pelas autoridades têm sido refutados por moradores em articulação com outros setores da sociedade. Vimos que, desde a década de 1980, os moradores têm tido margem de manobra para inserirem-se nas disputas políticas entre partidos e até entes federativos; utilizam o Poder Judiciário, redes sociais na internet, enfim, amplas e variadas táticas que as favelas não contavam quando da existência da CHISAM. Vale considerar que a Vila Autódromo resistiu ao *Pan 2007* e continua a luta pela sua existência.

E ainda, na impossibilidade de desconsiderar expressão e mobilização dos moradores de favelas, característica marcante na primeira conjuntura; a principal argumentação para as remoções hoje, conjugando os temas da segurança pública, ambiental e de tornar a cidade atraente e viável para investimentos; o bem comum a toda a cidade, em nome dos Grandes Eventos, tornou-se a pedra angular da argumentação pelas remoções. No que a década atual seria uma Década de Oportunidades. Os moradores de favelas do Rio, e aqueles que lutam por uma cidade mais justa esperam que as oportunidades não sejam meramente de aprofundar as desigualdades urbanas, mas de construir uma cidade mais justa e solidária.

Referências

BREDARIOL, Celso Simões. *Conflito ambiental e negociação: para uma política local de Meio Ambiente*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro : Coppe, UFRJ, 2001.

BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta – histórias e memórias da remoção e a construção do estigma de favela num conjunto habitacional*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. *O povo acredita na gente: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em História Social, PPGH/UFF, Niterói, 2006.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas*. Revista Espaço & Debates, n. 11, 1984. pp. 28-40.

HAMNETT, Chris. *The blind men and the elephant: the explanation of gentrification*. Transactions of the Institute of British Geographers, New Series, Vol. 16, No. 2., 1991.p. 173-189

LANGSTEN, RAY. *Remoção: um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRABOIS, Gisélia Potengy. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: PUR-UFRJ, 1973.

RIBEIRO, Luís César Queiroz e LAGO, Luciana Correa do. *Transformação das metrópoles brasileiras: algumas hipóteses de pesquisas*. In XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

RIOS, José Artur. *Remover ou urbanizar favelas?* Debates Sociais, n. 7, 1968. p. 30-33.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Documentos

AMPVA. *Carta da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) em resposta ao Jornal O Globo*, 2012.

CHISAM. *Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

CHISAM. *Metas alcançadas e novos objetivos do programa*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1971.

COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido*. Relatório da Cohab-GB: 1969. Rio de Janeiro, 1969.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2011

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. *Carta aberta à população do Rio de Janeiro: SOS Providência*, 2012.

FÓRUM ESTADUAL DE LUTA PELA REFORMA URBANA. *Relatório de situações de violação do Direito à Moradia Digna no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Rio: operação favela*. Rio de Janeiro, 1969. _____. *Aspectos da geografia das indústrias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1969.

IDEG. *A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: IDEG / Centro de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional/ Centro de Estudos Sócio-Econômicos, 1968.

IPLANRIO. *Favelas cariocas: alguns dados estatísticos*. Rio de Janeiro, 1993.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Plurianual 2010/2013 – Metas e prioridades 2010*. 2009

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Boletins Habitação em Foco de 2009, 2010, 2001*.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Monitoramento Programas de Urbanização em Áreas de Baixa Renda*. Rio de Janeiro, 2009.

Jornais e periódicos

Correio da Manhã

O Dia

Folha de São Paulo

O Globo

Jornal do Brasil

Revista Agente

Revista Veja

Sítios eletrônicos

www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

www.barrazine.com.br

www.cartamaior.com.br

www.rio.rj.gov.br/web/smh

Notas

- 1 Este trabalho faz parte da pesquisa Visões e perspectivas de jovens sob o processo de pacificação de favelas. Dilemas e desafios para a construção da cidadania no Rio de Janeiro realizada no IPPUR-UFRJ com financiamento da FAPERJ através de bolsa Pós-Doutorado.
- 2 Doutor em História Social pela UFF e Pós-Doutorando IPPUR-UFRJ/FAPERJ. E-mail: mariobrum@yahoo.com.br.
- 3 “Vitrine da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.
- 4 “Vitrine da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.
- 5 “Uma solução correta para o problema das favelas” *Agente*, fev. de 1969.
- 6 “Falta de terrenos retardou fim das favelas, diz Negrão” *Jornal do Brasil*, 10/05/1968.
- 7 “Ex- coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.
- 8 “Professor americano acha que transferência não é solução para favelado” *Jornal do Brasil*, 23/01/1968.
- 9 Na apresentação deste estudo, o IDEG apresenta-se como uma sociedade civil, tendo sido “criado sob os auspícios das entidades representativas da indústria carioca.”.
- 10 “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção” *Jornal do Brasil*, 31/11/1968.
- 11 “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção” *Jornal do Brasil*, 31/11/1968.
- 12 “Favelados querem seus chefes livres e apelam a Negrão” *Correio da Manhã*, 12/02/1969.
- 13 “Favela – Universo em expansão” *Jornal do Brasil*, 22/05/1977.
- 14 “As favelas se multiplicam na Barra da Tijuca” *O Globo*, 31/03/1989.
- 15 Ver “Vila Marapendi será removida” *O Globo*, 09/06/1989 e “Suspensão despejo na Via Park” *O Dia*, 16/02/1990. Em que pesem as resistências por parte dos moradores que se lê nas matérias, ambas acabaram ocorrendo logo.
- 16 “Cidade Indignada (editorial)” *Jornal do Brasil*, 21/02/1988.
- 17 Artigo 147 do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: BIPP.
- 18 “Favela-Bairro gera reclamações no Recreio” *Jornal do Brasil*, 01/08/1996.
- 19 “Favela-Bairro gera reclamações no Recreio” *Jornal do Brasil*, 01/08/1996.

- 20 Outros processos polêmicos envolvendo remoção de favelas e a questão ambiental nos anos de 1993 e 1994 estão mapeados na tese de doutorado de Celso Bredariol, então coordenador de Controle Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro. (BREDARIOL, 2001, p. 64).
- 21 Temos estes dois exemplos em datas bem próximas entre si: o primeiro fala dos deslizamentos e inundações: “O mapeamento dos domicílios que serão removidos está sendo finalizado e inclui imóveis em cerca de cem comunidades sujeitas a alagamentos ou desmoronamentos ou erguidas em logradouros públicos e faixas de proteção ambiental” -“Prefeitura do Rio pretende retirar mais de 12 mil famílias de áreas de risco” O Globo, 06/01/2010; já o segundo aborda a questão da violência: “Das 50 unidades de pior desempenho, 14 (28%) fazem parte do projeto Escolas do Amanhã, criado em agosto para reforço do ensino em 150 colégios situados em áreas de risco (em favelas ou nas proximidades).” “Violência ainda afeta ensino na rede municipal” O Globo, 13/01/2010.
- 22 “Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012” O Globo, 07/01/2010.
- 23 Os dados das favelas a serem removidas constam na matéria on-line de O Globo; e os referentes às favelas a partir do Censo 2000 estão na tabela 2917 do site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>; consultado em 03/11/2012.
- 24 “Rio...do descaso, da demagogia, do populismo e das vítimas de suas águas” Revista Veja, ed 2160, 14/04/2010.
- 25 “Após deslizamentos, Paes anuncia remoção de comunidades em Santa Teresa e na Rocinha” O Globo, 08/04/2010.
- 26 “Análise técnica da Geo-Rio faz prefeitura desistir de remoção total no Morro dos Prazeres” O Globo, 22/04/2011.
- 27 SMH/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Habitação em Foco –a no 1 - n° 2
- 28 Dados somando as respectivas áreas da regiões administrativas em <http://portalgeo.rio.rj.gov.br>. Consultado em 30/10/2012.
- 29 Sobre os atuais processos de remoção na Vila Autódromo e outras favelas ver: FÓRUM ESTADUAL DE LUTA PELA REFORMA URBANA, 2006; COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2011.
- 30 Site SMH <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1126271> e <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1466488> consultado em 29/10/2012.
- 31 SMH/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Habitação em Foco – ano 2 - n° 11 – março de 2010.

- 32 “Minuta de edital prevê remoção de favela Vila Autódromo até 2013 para obras do Parque Olímpico” O Globo, 04/01/2011.
- 33 Vale dizer que César Maia foi eleito em 1992 para seu primeiro mandato em forte polarização com uma candidata identificada com as favelas (Benedita da Silva), quando o discurso dessas como berço da violência e da ‘cidade partida’ ganhava cada vez mais força, a ponto de, em meio à campanha eleitoral, as imagens de multidões de jovens mulatos, negros correndo na praia de Ipanema, apelidado de Arrastão, pontuou o embate eleitoral e foi apropriado por certo viés eleitoral conservador como a necessidade de maior controle sobre as classes mais pobres. De modo que ainda não havia começado o Favela-Bairro e estruturado a relação que César Maia teria posteriormente com o movimento comunitário de favelas, o que Brizola havia feito já na década anterior.
- 34 “Vila Autódromo apresenta proposta alternativa contra remoção ao prefeito do Rio” http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20735 Consultado em 05/1/2012.
- 35 “A remoção da favela Vila Autódromo, na Barra da Tijuca” no site: <http://www.barrazine.com.br/2011/10/a-remocao-da-favela-vila-autodromo-na-barra-da-tijuca/#ixzz2DB5VmIIE>. Consultado em 05/11/2012.
- 36 “Obras do Parque Olímpico começam em junho; Vila Autódromo ainda tenta evitá-las” O Globo, 11/05/2012; FÓRUM ESTADUAL DE LUTA PELA REFORMA URBANA, 2006; COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2011; AMVPA, 2012.

Recebido em novembro de 2012, aceito para publicação em janeiro de 2013.

